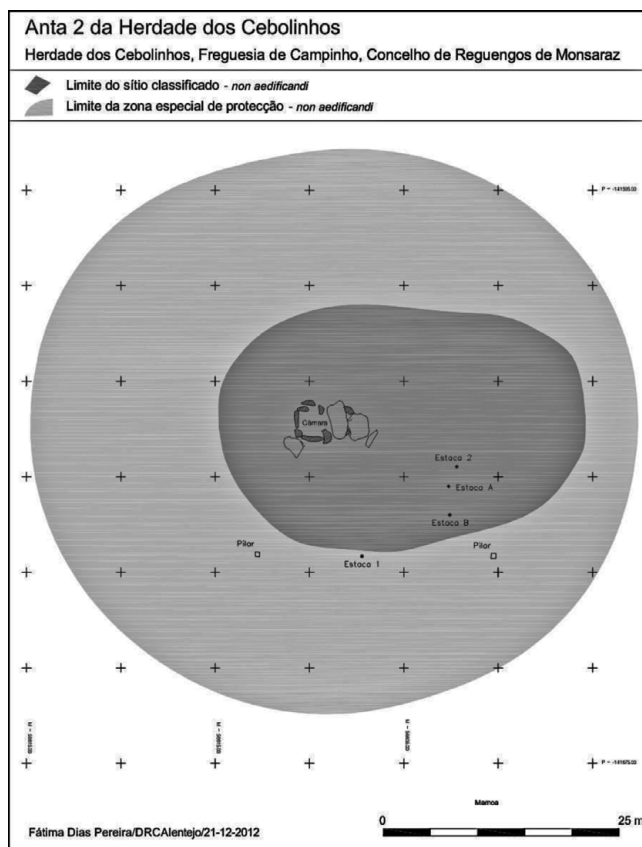


## ANEXO



25552012

## Portaria n.º 740-CC/2012

A Casa de São Brás da Torre foi edificada no século XVII, sendo um exemplar da arquitetura rural seiscentista. Nos finais de Seiscentos os proprietários juntaram-lhe uma capela privativa. O complexo é envolvido por jardim murado com pórtico brasonado.

De planta regular, a casa apresenta fachada de grande simplicidade, dividindo-se em dois pisos, com abertura regular de janelas. A entrada principal é marcada por escadaria de lanço único, edificada numa das extremidades do frontispício. A capela está separada da casa, guardando um retábulo de talha dourada e branca com quatro tábuas.

A classificação da Casa de São Brás da Torre, incluindo a capela, o jardim e a mata, reflete os seguintes critérios constantes do artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro: o valor estético e técnico do bem; a conceção arquitetónica, urbanística e paisagística.

A zona especial de proteção (ZEP) tem em consideração a envolvente rural e a área de mata que envolve a casa. A sua fixação visa proteger os terrenos circundantes, que fazem parte do prolongamento natural da quinta.

Foram cumpridos os procedimentos de audição dos interessados, previstos no artigo 27.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, e nos artigos 25.º e 45.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 115/2011, de 5 de dezembro, de acordo com o disposto nos artigos 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo. Assim:

Sob proposta dos serviços competentes, nos termos do disposto no artigo 15.º, no n.º 1 do artigo 18.º, no n.º 2 do artigo 28.º e no artigo 43.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 2 do artigo 30.º e no n.º 1 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 115/2011, de 5 de dezembro, e no uso das competências conferidas pelo n.º 11 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de julho, manda o Governo, pelo Secretário de Estado da Cultura, o seguinte:

## Artigo 1.º

## Classificação

É classificada como monumento de interesse público a Casa de São Brás da Torre, incluindo a capela, o jardim e a mata, no lugar de Figueiredo, freguesia de Figueiredo, concelho e distrito de Braga, conforme planta de delimitação constante do anexo à presente portaria e que desta faz parte integrante.

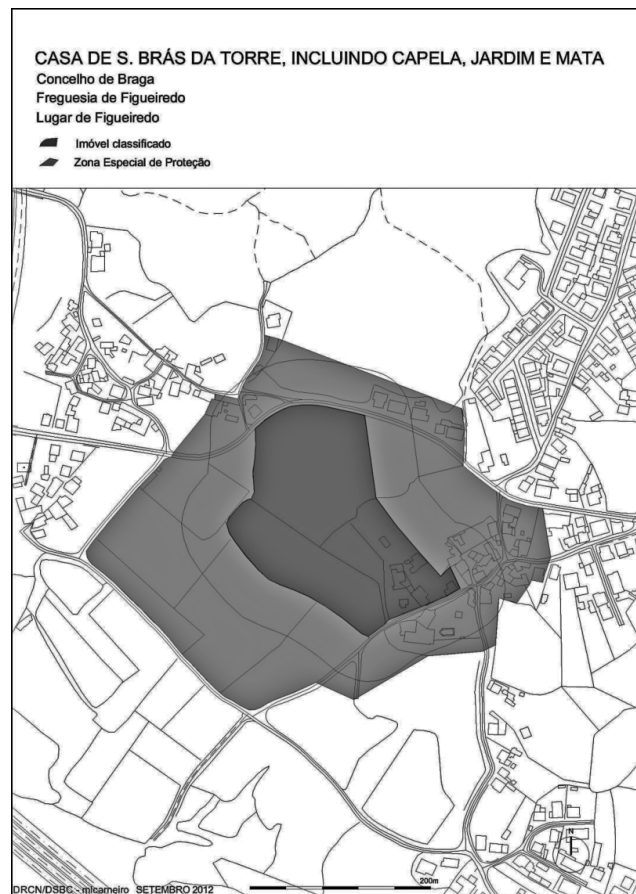
## Artigo 2.º

## Zona especial de proteção

É fixada a zona especial de proteção do monumento referido no artigo anterior, conforme planta de delimitação constante do anexo à presente portaria e que desta faz parte integrante.

13 de dezembro de 2012. — O Secretário de Estado da Cultura, *Jorge Barreto Xavier*.

## ANEXO



25622012

## Portaria n.º 740-CD/2012

A Capela de Nossa Senhora dos Meninos do Bairro da Ponte foi edificada em 1555 por ordem de D. Manuel de Noronha, bispo de Lamego. A sua invocação deve-se à devoção popular que atribuía à padroeira vários milagres por salvar os meninos arrastados pelas correntes do rio Balsemão.

A capela apresenta um modelo de gosto clássico, inspirado na tratadística quinhentista. De planta retangular, é composta pelos volumes da nave única, com coro-alto, e da capela-mor. A sacristia e o campanário foram adossados à fachada lateral esquerda.

Na fachada principal foi rasgado um portal de volta perfeita inserido num pórtico, ladeado por duas janelas gradeadas e rematado com a pedra de armas do fundador. O espaço interior é coberto por teto de caixotes pintados com cenas da Vida de Cristo e da Virgem, com paredes revestidas por azulejos de padrão executados nos séculos XVII e XVIII. O retábulo-mor é de talha dourada de estilo nacional.

A classificação da Capela de Nossa Senhora dos Meninos do Bairro da Ponte reflete os seguintes critérios constantes do artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro: o interesse do bem como testemunho religioso; o valor estético do bem; a conceção arquitetónica.

A zona especial de proteção (ZEP) tem em consideração a implantação da capela, que se situa na extremidade de um dos mais populares bairros da cidade, no vale do rio Balsemão, próxima da ponte que é ainda hoje uma das principais entradas na cidade. A sua fixação visa a salvaguarda do horizonte visual que rodeia a capela, garantindo a integração do percurso de acesso ao monumento, reconhecendo a ligação histórica e morfológica entre o edifício e o Bairro da Ponte.

Foram cumpridos os procedimentos de audição dos interessados, previstos no artigo 27.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, e nos artigos 25.º e 45.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 115/2011, de 5 de dezembro, de acordo com o disposto nos artigos 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

Assim:

Sob proposta dos serviços competentes, nos termos do disposto no artigo 15.º, no n.º 1 do artigo 18.º, no n.º 2 do artigo 28.º e no artigo 43.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 2 do artigo 30.º e no n.º 1 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 115/2011, de 5 de dezembro, e no uso das competências conferidas pelo n.º 11 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de julho, manda o Governo, pelo Secretário de Estado da Cultura, o seguinte:

Artigo 1.º

#### Classificação

É classificada como monumento de interesse público a Capela de Nossa Senhora dos Meninos do Bairro da Ponte, no Bairro da Ponte, Lamego, concelho de Lamego, distrito de Viseu, conforme planta de delimitação constante do anexo à presente portaria e que desta faz parte integrante.

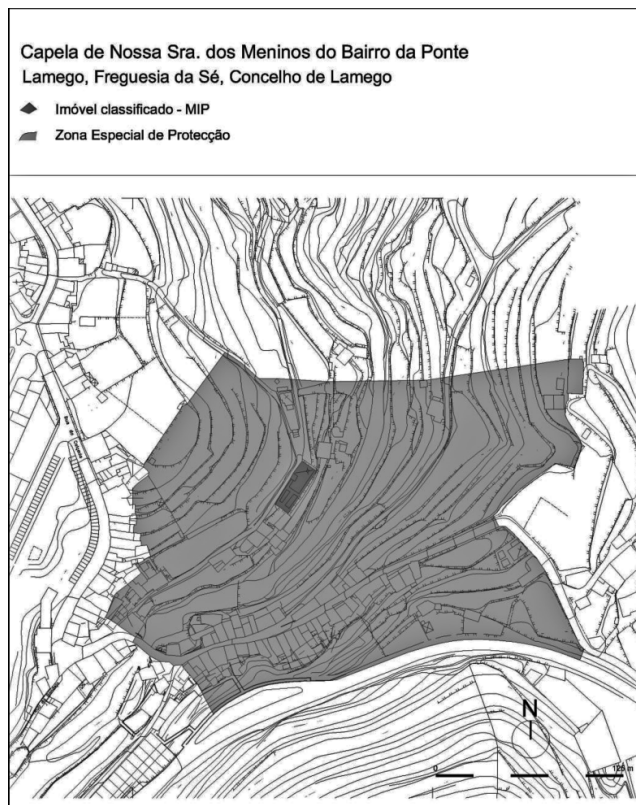
Artigo 2.º

#### Zona especial de proteção

É fixada a zona especial de proteção do monumento referido no artigo anterior, conforme planta de delimitação constante do anexo à presente portaria e que desta faz parte integrante.

13 de dezembro de 2012. — O Secretário de Estado da Cultura, *Jorge Barreto Xavier*.

#### ANEXO



25452012

#### Portaria n.º 740-CE/2012

A Igreja de São Pedro de Cete encontra-se classificada como monumento nacional, conforme Decreto de 16 de junho de 1910, publicado no *Diário do Governo*, n.º 136, de 23 de junho de 1910.

O presente diploma define uma zona especial de proteção que teve em consideração a relação paisagística da igreja com os campos agrícolas e bosques envolventes, um enquadramento rural coerente com a natureza do monumento no plano histórico e que o valoriza significativamente. A sua fixação visa estabelecer uma proteção dos núcleos habitacionais

implantados nas imediações, cuja evolução urbanística deve ser pautada por rigorosos critérios de qualidade e tendo sempre em consideração a presença do monumento.

Foram cumpridos os procedimentos de audição dos interessados, previstos no artigo 27.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, e no artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 115/2011, de 5 de dezembro, de acordo com o disposto nos artigos 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

Assim:

Sob proposta dos serviços competentes, nos termos do disposto no artigo 43.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 115/2011, de 5 de dezembro, e no uso das competências conferidas pelo n.º 11 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 86 -A/2011, de 12 de julho, manda o Governo, pelo Secretário de Estado da Cultura, o seguinte:

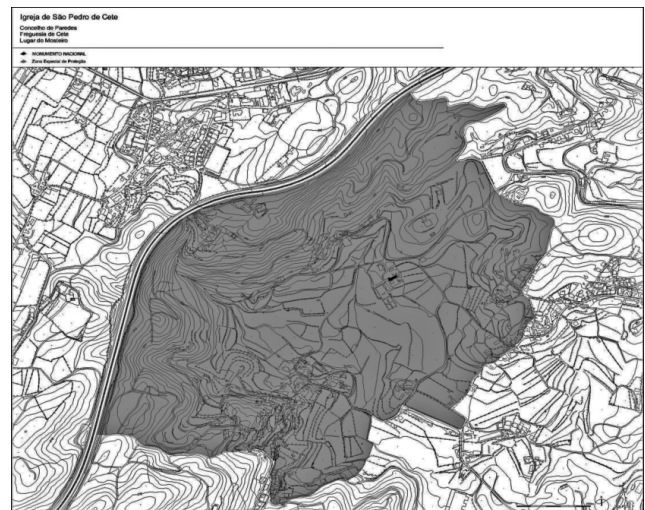
Artigo único

#### Zona especial de proteção

É fixada a zona especial de proteção (ZEP) da Igreja de São Pedro de Cete, no lugar do Mosteiro, freguesia de Cete, concelho de Paredes, distrito do Porto, classificada como monumento nacional pelo Decreto de 16 de junho de 1910, publicado no *Diário do Governo*, n.º 136, de 23 de junho de 1910, conforme planta de delimitação constante do anexo à presente portaria e que desta faz parte integrante.

13 de dezembro de 2012. — O Secretário de Estado da Cultura, *Jorge Barreto Xavier*.

#### ANEXO



25542012

#### Portaria n.º 740-CF/2012

O Mercado Municipal de Santa Maria da Feira foi edificado em 1959, com projeto da autoria do Arquiteto Fernando Távora, e a participação do Arquiteto Álvaro Siza que concebeu os mosaicos que decoram o edifício.

A forma como a organização do espaço, com as diversas bancas e lojas, se organiza em torno de um largo com fonte, ao mesmo tempo que cria uma frente urbana de lojas voltadas à rua, confere ao edifício um equilíbrio que explora e permite a valorização do local.

A classificação do Mercado Municipal de Santa Maria da Feira reflete os critérios constantes do artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, relativos ao génio do respetivo criador, ao valor estético e técnico do bem, à conceção arquitetónica e urbanística.

A zona especial de proteção (ZEP) tem em consideração a malha urbana que envolve o monumento. A sua fixação visa manter a relação visual do edifício com o Castelo da Feira (classificado como MN) e com a Igreja e Convento dos Lóios (classificadas como MIP), referências marcantes para o centro urbanístico de Santa Maria da Feira.

Foram cumpridos os procedimentos de audição dos interessados, previstos no artigo 27.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, e nos artigos 25.º e 45.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 115/2011, de 5 de dezembro, de acordo com o disposto nos artigos 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

Assim:

Sob proposta dos serviços competentes, nos termos do disposto no artigo 15.º, no n.º 1 do artigo 18.º, no n.º 2 do artigo 28.º e no artigo 43.º da Lei